

O Plano Piloto precisa de alívio

Que Brasília foi planejada para acolher funcionários públicos não é novidade alguma. De fato, eles vieram e ficaram, mas em quantidade consideravelmente maior que o previsto. Na verdade, só seria tranferida a "cabeça" dos órgãos oficiais, pouca gente que, ao longo dos anos, estabilizaria a população de Brasília em algo perto de 500 mil habitantes, número satisfatório à manutenção, sem problemas, de um padrão de vida de boa qualidade.

Aqui estariam as pessoas que, distantes das paixões literárias e das pressões empresariais e sulistas — geralmente más conselheiras — conduziram os negócios públicos e decisões serenas, neutras e imparciais.

Mas, além das "cabeça" vieram corpo, membros e partes menos nobres de repartições inteiras e de empresas estatais, sem contar as que foram geradas aqui mesmo. Essa deformação do projeto inicial resultou na expulsão do Plano Piloto dos funcionários menos graduados, perversamente empurrados para longe do centro da cidade rumo às áreas periféricas mais pobres, desassistidos e sem sombra da estrutura urbana implantada no Plano.

Em alguns casos, foi pungente o processo. Gente que conheceu a ilusão, que conviveu, porta a porta, com autoridades graúdas, de repente foi "para seu lugar", dando espaço a novas e exigentes levas de colegas mais bem situados na hierarquia oficial. Não poucas esposas de motoristas se despediram, em lágrimas, de esposas — vizinhas — de Chefes de Gabinete e de importantes assessores, e arrumaram às pressas sua tralha em busca

de um canto para morar em Taguatinga ou em Sobradinho. Era "a lei natural da vida", declaravam cheios de empáfia os que chegavam e já se aboletavam nos imensos apartamentos, sintecados de novo à sua disposição.

As cidades-satélites ganharam, assim, inesperados habitantes, esses funcionários de baixa renda e foram inchando, se multiplicando até chegarem ao enorme tamanho de hoje. Atualmente, a população delas, somada, já é quatro vezes maior que a do Plano Piloto. Este, por sua vez, está praticamente pronto e não crescerá muito, com o que a relação de quatro para um só tende a aumentar. Breve, será de seis para um, de oito para um e assim por diante, agravando um fenômeno demográfico que poderá ter sérias consequências no futuro.

De fato, em poucas cidades do mundo ocorre algo parecido e t-ao claramente definido como em Brasília: um núcleo que ostenta elevada renda "per capita" — a maior do Brasil, aliás —, rigorosamente delimitado em termos geográficos, e uma periferia dispersa em bolsões cuja fisiologia não difere muito do triste panorama urbano brasileiro. A moldura de pobreza, de desnutrição e mesmo de desespero orla uma ilha de prosperidade onde está a "corte" com todos os seus vícios e encantos.

Em outras palavras, o Plano Piloto está cercado por todos os lados. Em termos de segurança — já que nele, afinal, estão instalados os poderes da República —, isso é preocupante. Digo mais: como o desnível se acentua a cada dia que passa, é alarmante. No

caso de uma hipotética mas não totalmente inviável "marcha sobre Brasília", a única saída seria pelo ar, já que todos os caminhos passam, inexoravelmente, pelo anel de pobreza.

É urgente reverter essa situação. Não reforçando a "fortaleza" do núcleo e desprezando olimpicamente a periferia, pois essa alternativa só aprofundaria o fosso e levaria ao confronto, mais cedo ou mais tarde. A solução do problema deve ser, portanto, criativa, humana e inteligente.

Eis uma sugestão. Imagine-mos dois círculos concêntricos, um que chamaríamos de PP, representando o Plano Piloto, e outro de CS, representando as cidades-satélites. É o que temos hoje justamente como núcleo e periferia. Todos os vetores de transporte de massa e de interesse ocupacional seguem o fluxo CS-PP, o que só faz consolidar o desconforto de quem viaja para o Plano, além de sobrecarregar a área do núcleo, já saturada.

Seria então de estimular a fixação da mão-de-obra nas satélites, dando-lhe condições de permanência na própria cidade tanto quanto possível — ou então, no máximo, gerar um novo fluxo CS-CS, entre as próprias cidades-satélites.

Até aí, nada de novo. Nova seria a criação de um terceiro círculo concêntrico, no entorno de Brasília, que chamaríamos de EB. Ai se implantariam indústrias não-poluíntes, pólos de emprego que atrairiam a mão-de-obra situada no anel do meio, em CS, e criaria um novo vetor, CS-EB, assim desafogando o Plano Piloto. Visualmente, teríamos significativo declínio no fluxo CS-PP, a manutenção

do fluxo CS-CS, o que n-ao é problema, e o surgimento do novo fluxo CS-EB, com a ocupação das enormes áreas disponíveis nas imediações da cidade, entrando, inclusive, em Goiás.

Secundariamente, e também no sentido de aliviar o Plano Piloto, não vejo nenhum mal em se transferir setores, departamentos e divisões de órgãos federais hoje sediados no Plano para cidades-satélites, até porque seus funcionários nelas já residem. A medida, nada onerosa, ajudaria a esvaziar o Plano, proporcionando-lhe melhores condições de vida, pois a transferência implicaria na mudança de milhares de pessoas que já têm sua vida familiar toda ela localizada nas cidades-satélites.

Esse novo ordenamento leva tempo, bem sei. Mas é caminho lógico e propiciaria uma distribuição mais adequada dos moradores que vivem no Distrito Federal. A vocação do habitante de Brasília não deve ser andar amarrado dentro de ônibus de manhã e à noite só para trabalhar no Plano. Isso, aliás, provoca o absurdo do estacionamento de centenas de coletivos durante o dia inteiro simplesmente porque n-ao há passageiros, algo que, além de tudo, é incrivelmente antieconômico.

Ora, se os habitantes das cidades-satélites só vêm aqui para trabalhar e certamente gostariam de se fixar em seus locais de origem, cabe ao governo fazer isso, trabalhar para isso. Pelo menos, dar a partida para um processo que, embora demorado, há de ser excelente solução para a melhoria das condições de vida em nossa cidade.